

Interlocutor para a América Latina 103

FLAVIA SEKLES

Correspondente

WASHINGTON — Antes de embarcar para Nova Iorque para receber o presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja chegada aos Estados Unidos estava marcada para as 23h45 de ontem, o embaixador do Brasil, Paulo Tarso Flecha de Lima, disse durante uma entrevista coletiva que não espera que a visita desenvolva um relacionamento que “se possa chamar de especial” entre os dois países, no qual os Estados Unidos consultariam o Brasil sobre qualquer passo que tomassem na arena internacional.

O embaixador espera, entretanto, que a visita restabeleça a imagem do Brasil como um país com o qual os EUA devem ter diálogo intensivo no que se relaciona à América Latina.

Na reunião entre os dois presidentes, marcada para a próxima quinta-feira, o embaixador espe-

ra, porém, que os Estados Unidos levantem vários assuntos relacionados à situação internacional, como a participação do Brasil em forças de paz internacionais e a reforma da carta das Nações Unidas. Na arena latino-americana, os Estados Unidos devem levantar temas relacionados a Cuba e aos conflitos entre Peru e Equador. No que diz respeito ao relacionamento entre os dois países, o Brasil está preparado para discutir os contenciosos comerciais.

Segundo Flecha de Lima, Mickey Kantor, o representante comercial da Casa Branca, reclamou com ele na semana passada contra o aumento da alíquota de importação de 100 produtos, determinado há duas semanas. O que preocupa os Estados Unidos não é tanto o impacto comercial das alíquotas sobre suas exportações, mas o fato de que o Brasil, “com a responsabilidade que tomou durante a Rodada do Uruguai, e

sempre um defensor da nova Organização Mundial do Comércio, na primeira oportunidade que tem de aplicar as regras, não o faz”. Por outro lado, uma medida que não foi do gosto dos americanos que lidam com comércio foi muito bem recebida pelos americanos que tratam de assuntos financeiros.

Segundo Paulo Tarso, a questão das alíquotas não será levantada pelos presidentes e o Brasil ainda está dentro do prazo de 30 dias que tem, segundo as regras comerciais, para comunicá-se com o Gatt/OMC sobre a nova política.

A questão das patentes provavelmente será levantada durante a reunião entre os presidentes. A proteção de direitos intelectuais, cujo projeto de lei ainda não foi votado pelo Senado brasileiro, é um constante calo no relacionamento entre os dois países.